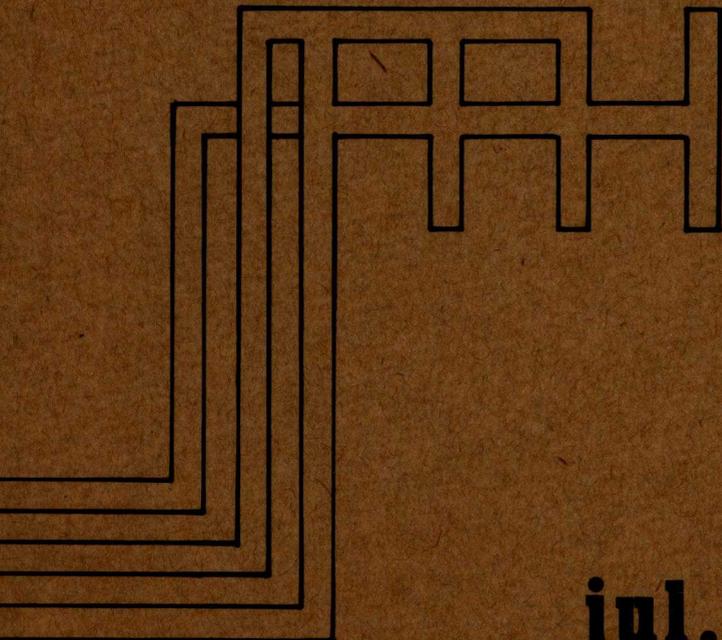




**ARQUIVO  
RIO CLARO**



**4**

**jul. 1983**

## ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO

### CONSELHO SUPERIOR

Fernando Cilento Fittipaldi  
Francisco Anaruma  
Jamil Nassif Abib (Presidente)  
Jeanne Berrance de Castro  
José Carlos Cardoso  
Luzo dos Santos Ferro  
Maria Sílvia Casagrande Beozzo Bassanezi  
Roberto Felipe Palmari  
Ruy Cassavia

### DIRETOR

Ana Maria de Almeida Camargo

### EQUIPE DE FUNCIONÁRIOS

Ana Maria Penha Mena Pagnocca  
Carmen Sílvia Rodrigues Camargo  
Celia Baldissera  
Maria Christina Mussolino Rizzo  
Neusa Maria Dagnolo  
Sebastião Mainardi  
Sílvia Aparecida Xavier de Camargo



ARQUIVO RIO CLARO. (Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro) Rio Claro (SP), 1982 -

1. Arquivos (documentação) I. Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro

CDD 025.171

## EDITORIAL

À semelhança dos números anteriores, o quarto boletim do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro procura apresentar de forma abreviada o conjunto das atividades desenvolvidas no semestre, oferecer matéria de interesse para outras instituições arquivísticas e divulgar documentos históricos sugestivos do passado municipal.

Discutindo agora problemas relacionados com os arquivos municipais, a Profª Heloísa Liberalli Bellotto comparece mais uma vez à Seção "Teoria e Prática". O princípio de respeito à origem, fundamental na prática arquivística, vem ilustrado através de quadro extraí-

do da obra de Vicenta Cortés Alonso e devidamente adaptado à realidade brasileira.

A reprodução de propaganda que em 1926 foi distribuída em Rio Claro para que todos assistissem ao filme "Na Arena do Amor" serve de pretexto para que o historiador Oscar de Arruda Penteado fale sobre o cinema de antigamente, na seção "Documento e História".

As "Notas e Informações", finalmente, dão conta não só do trabalho realizado junto ao acervo, como também das doações recebidas, das pesquisas publicadas e dos eventos de que o Arquivo participou.

Ana Maria de Almeida Camargo

# TEORIA E PRÁTICA

## PARA ORGANIZAR A MEMÓRIA E AS GESTÕES MUNICIPAIS

*Heloísa Liberalli Bellotto\**

Neste momento em que, tanto no Brasil como em outros países, firmam-se os estudos de administração municipal e consolida-se o papel que representam o municipalismo e as unidades municipais nos diferentes contextos nacionais, vem à tona a posição que, nesse todo, ocupam os arquivos. Sem a memória organizada, quer para os processos decisórios correntes, quer para a recuperação de informações passadas, úteis tanto à gestão como à pesquisa histórica, nenhuma administração (seja municipal ou outra) pode chegar à plenitude de suas gestões.

Se, de um lado, importa considerar estes aspectos atuais da menor unidade administrativa brasileira (mas nem por isso menos importante), por outro lado é preciso referir o relevo que historicamente tem o município, entre nós. O poder municipal enraizou-se e cresceu no período colonial; e se, nos tempos imperiais, foi enfraquecido, acabou sendo reabilitado, em parte, pela Repu-

blica, que lhe assegurou a autonomia, salvaguardando direitos; isto, embora uma maior autonomia financeira e política, continua, ainda, a ser a meta dos municipalistas. Mas a força das reivindicações municipais nunca deixou de existir. No nosso processo de Independência, por exemplo, como já assinalou Brasil Bandecchi no seu *O Município no Brasil e sua função política*, a presença das Câmaras Municipais foi marcante e vanguardeira. Eram, indiscutivelmente, os órgãos políticos que representavam a nação naquele momento decisivo.

A história da função política, social e econômica dos municípios só pode ser devidamente rastreada se, para além dos documentos mais abrangentes dos demais níveis administrativos, se pesquisar nas atas das Câmaras, nas posturas, editais e demais legislação emanada do poder municipal, assim como na documentação produzida e/ou tramitada nos respectivos órgãos municipais.

Hoje, uma administração de núcleos urbanos exige, para seu

\* Professora de Arquivística da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

funcionamento, elementos que ultrapassam seu limite cotidiano. Até há pouco tempo, as administrações locais encaravam suas tarefas tendo em vista *intuitos puramente rotineiros, cujo raio de ação não ia além de serviços pobremente burocráticos, sem se elevarem a critérios mais complexos que os fizessem situar como instrumentos capazes de intervir no seio mesmo da vida comunitária, facilitando aos grupos, enriquecidos pelas técnicas do bem estar, uma interação construtiva capaz de despertar uma constante valorização do homem.* (A. De Lorenzo Neto - *O município da Capital de São Paulo e a região metropolitana*, p. 9). Ora, para o estudo da conjuntura social respectiva e de como ela pode atuar na administração, o Município necessita ter em extremo cuidado a sua memória, capacitando-a, por meio da organização de seus arquivos, a poder responder às diferentes indagações.

Ademais, a eficiência administrativa do governo municipal será tanto melhor quanto as suas tarefas forem planificadas, pelo menos em cinco pontos essenciais: planejamento da legislação, dos serviços administrativos, do pessoal (recrutamento - aperfeiçoamento), urbano (obras públicas - urba-

nismo), rural (aproveitamento econômico - fomento agrícola e industrial), de acordo ainda com Delorenzo Neto (p. 100). Se um determinado governo municipal tiver sua documentação devidamente organizada e em perfeito fluxo utilizável, todas essas fases do planejamento, assim como as fases executórias e decisórias, estarão altamente facilitadas. Sem esses planejamentos, entretanto, a administração torna-se inviável. Assim, a dedução será a de que a viabilidade de um processo administrativo correto dependerá diretamente da boa organização arquivística dos documentos produzidos ou utilizados por uma determinada administração.

Estas considerações vêm a propósito da publicação, pela Associação Espanhola de Arquivistas, Bibliotecários, Museólogos e Documentalistas, em 1982, de um *Manual de Arquivos Municipales* da renomada arquivista espanhola Vicenta Cortés Alonso. Integrada por três partes (1. O Arquivo Municipal como instituição e suas peculiaridades; 2. Princípios e técnicas arquivísticas; e 3. Utilização dos documentos), a obra abarca desde aspectos conceituais da doutrina arquivística, até quadros sinóticos e modelos técnicos utilizáveis em arquivos municipais.

Ressalvadas as especificidades naturais de um manual escrito em Espanha, por arquivista espanhola e destinado, antes de mais nada, a arquivos municipais espanhóis, pode ele, se consideradas as devidas diferenciações, exclusões e/ou inclusões, ser utilizado como orientação por nossos arquivos.

A propósito da definição de Arquivos Municipais, Vicenta Cortés relembra e reforça, inicialmente, princípios arquivísticos gerais (sempre necessários de serem lembrados), referentes ao processo natural na formação dos arquivos, afastando-os do *produto de reunião erudita, da coleção planejada ou da acumulação seletiva de documentos* (cujo meio natural serão as bibliotecas e os centros de documentação). Será a acumulação orgânica da documentação produzida pelos órgãos municipais que irá constituindo o que denominamos arquivo municipal. *Os arquivos municipais são arquivos públicos que custodiam os documentos produzidos durante qualquer época pelas Prefeituras que lhes deram origem, conservados através dos anos com maior ou menor cuidado para prestarem serviço aos órgãos municipais e aos munícipes, que neles podem encontrar testemunho e informação para a defesa de seus di-*

*reitos, dados para sua consulta e material para pesquisa* (p. 22).

Através do fluxo que se inicia nos arquivos correntes (por departamentos ou seções), a documentação passa pelos arquivos centrais administrativos (por órgão, como as Secretarias Municipais, por exemplo) e daí ao Arquivo Intermediário e depois ao Permanente (Histórico), estes já de âmbito geral, abrangendo toda uma Prefeitura. Por todo este fluxo, os documentos vão sendo classificados, ordenados e descritos, segundo a fase em que se encontram. São assim passarão a ser referência para a resolução do trabalho cotidiano de uma municipalidade. A dupla face da formação contida nos documentos deve ser igualmente clara: a face da informação gerencial e a do testemunho histórico. Esta última corresponde à fase da custódia - necessidade vital de conservação, se se quer garantia e eficácia no trabalho de elaboração de programas, avaliação de resultados e defesa de metas propostas.

A destacar a colocação que, ao tratar de produção e trâmite, faz a autora (e que é da máxima importância ao planejar-se um serviço de arquivo administrativo): *O Arquivo recebe documentação tramitada, re-*

*ferindo-se à questão fundamental do fluxo "produção documental - trâmite - custódia". Este conceito de organicidade é imprescindível para que se formem bons arquivos. E isto deve ser pensado desde o momento da produção do documento. Ao tratar da transferência, a autora destaca que toda ela deve ser normalizada e cita as respectivas temporalidades: 5 anos de permanência nos arquivos correntes (*archivos de gestión*), 10 anos no arquivo central (*archivo central*) e 15 anos no intermediário (*archivo intermedio*), passando aos 30 anos de idade para os arquivos permanentes (*archivo histórico*). Este capítulo contém todas as de terminações preconizadas para a transferência dos documentos.*

Segue-se a abordagem da questão do **expurgo**, que é definido como a operação pela qual se selecionam documentos, a fim de que só os que reúnam as melhores condições de testemunho e informação alcancem a terceira idade. A tão temida eliminação deve ser realizada; o que não se pode é fazê-lo sem critérios e normas.

O referente às instalações é também analisado, reiterando a autora que *a instalação de um arquivo requer independência, amplitude, segurança, funcionalidade e dignidade*. Abordam-se

as qualidades de um bom local, o equipamento e o material. Finaliza-se aí a primeira parte da obra com o item **Pessoal**. São discutidas a formação e as aptidões necessárias para as diferentes tarefas que cabem ao arquivista e/ou técnico de arquivo.

Os princípios e técnicas arquivísticas são o tema da segunda parte da obra. Nelas são conceituadas e exemplificadas as formas, atributos e tipos de documentos de arquivo e sua organização. As operações de **recepção, ordenação, notação e colocação** nas unidades de arquivamento (pastas, maços, caixas, latas, etc) finalizam o capítulo.

A última etapa da função arquivística é o que a autora aborda no capítulo terceiro: a questão da consulta e uso do arquivo. Neste, a operação fundamental é a da **descrição**. Vicenta Cortés não vê como descrição só a sua atribuição clássica, que é a da elaboração de instrumentos de pesquisa, mas também considera como tal todos os meios de busca aos quais recorre o arquivo corrente: fichas de assunto, de nomes, listas de remessa de papéis, etc. Dá especial relevo aos **inventários e aos índices** (*O índice localiza pessoas, lugares, datas, coisas, assuntos*

e acontecimentos ou fenômenos).

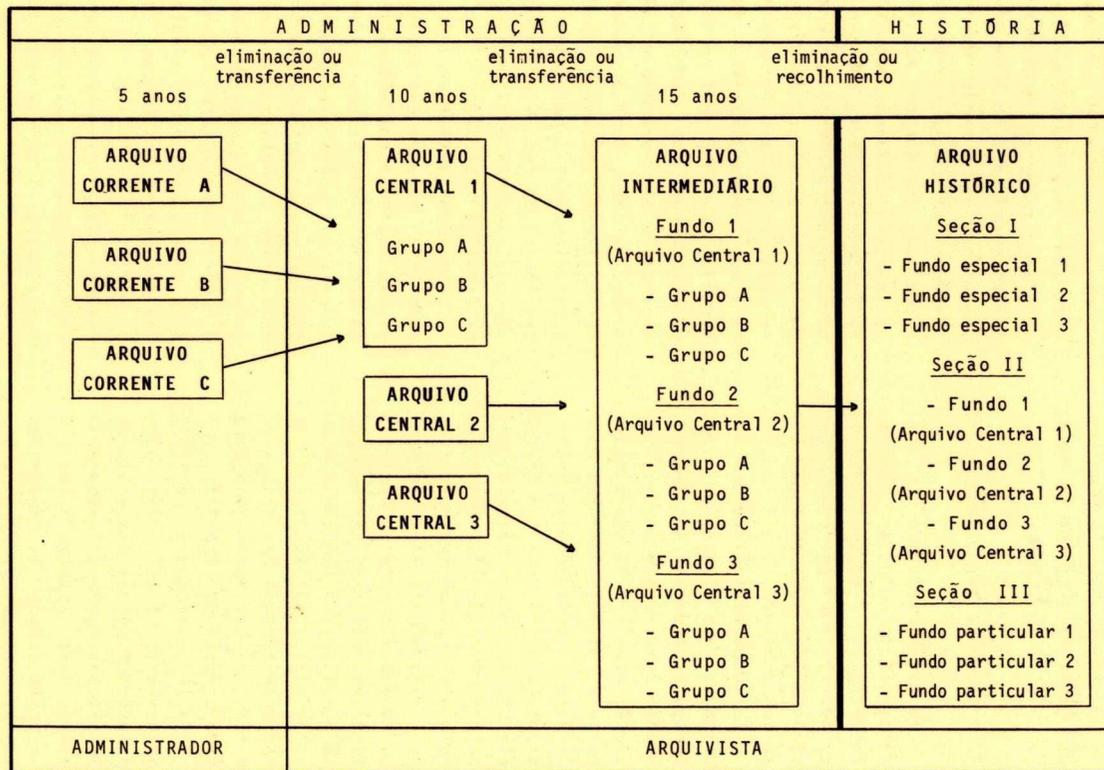
Muito mais no âmbito do arquivo permanente, atuam seus instrumentos de pesquisa específicos: o guia dos fundos e os catálogos. O primeiro deve proporcionar uma orientação geral do uso do arquivo e os segundos preocupam-se com a pormenorização relativa ao documento em si. Há ainda, dentro da descrição, a edição de fontes, que traz textos publicados na íntegra.

A consulta (*comunicación de documentos*) corresponde ao direito dos cidadãos de fazer uso dos testemunhos e da informação que os documentos públicos contêm, para fins próprios. Portanto, são usuários da consulta os próprios administradores, os historiadores e o cidadão comum. Como serviços prestados ao público, a autora considera ainda o empréstimo (no qual deve ser levado em conta o âmbito, o procedimento e as condições), a elaboração de cópias e de certificados, assim como as publicações que o arquivo pode manter. Toda a questão da consulta acarreta uma certa teorização sobre informação, o que a autora leva a cabo pondo em destaque que o valor do arquivo depende da eficácia da sua informação.

A obra contém, ainda, a sugestão explicada para um logo-

tipo de arquivos municipais, uma bibliografia e um glossário. Em anexo, um encarte com quadros explicativos, modelos técnicos e um exercício de organização de documentos de um arquivo municipal. Reproduzimos um deles a título de ilustração.

Vemos, pelo exposto, que os temas abordados são gerais e teóricos, servindo, praticamente, a qualquer tipo de arquivo. Tal constatação não desmerece o trabalho em foco; ao contrário, vem justamente demonstrar que, no sentido do processamento arquivístico, o tratamento do documento e a recuperação da informação em arquivos não devem - e não podem - fugir aos princípios básicos da Arquivologia. O que faz com que este Manual seja preferentemente adotado por arquivos municipais é, portanto, este embasamento, os exemplos práticos e as chamadas que a autora faz, em frequentes passagens, aos administradores e arquivistas municipais sobre a importância da documentação que lhes é afeta, concitando-os a que seja tratada de maneira correta. Com isso, as gestões municipais poderão realizar-se de forma mais fecunda e manter-se-ã a memória municipal, indispensável à reconstituição histórica regional e nacional.



# DOCUMENTO E HISTÓRIA

## DOS CAVALINHOS DE PAU ÀS CASAS DE CINEMA

*Oscar de Arruda Pentead\**

Na primeira década do presente século, o nosso povinho divertia-se esporadicamente quando por aqui passavam as Companhias Circenses ou as de Cavalinhos de Pau.

As Companhias Circenses armavam os seus circos em três pontos da cidade: em terreno que existiu na Avenida 1, entre as Ruas 4 e 5, agora ocupado pelo Edifício "Antônio Padua Neto", parte do Cine Excelsior, Cartório Morato e Barbearia Líder; outras vezes em terreno da Avenida 5, entre as Ruas 4 e 5, lado ímpar, em frente à Filarmônica Rio-Clarense; ou na Rua 3, entre as Avenidas 10 e 12, lado par, terreno que lá ainda existe sem construção.

Os circos de Cavalinhos de Pau eram armados nas praças públicas, na Boa Morte, São Benedito e Praça da Liberdade.

Em 20 de setembro de 1901, os senhores Ismael & Vaz, proprietários de uma Companhia de Cavalinhos de Pau, requereram alvará para instalar o seu circo nesta cidade. As companhias que exploravam tal ramo de di-

vertimento público e que percorriam o interior do Estado, tinham geralmente os seus cavalinhos movidos a braço ou a tração animal. Esta, porém, apresentava uma grande novidade: os seus cavalinhos moviam-se sincronizadamente por conjugação de engrenagens, acionadas por vapor d'água produzido em caldeira ao lado (semelhante a uma locomotiva); seu combustível, a lenha; era um "Vapor Lingwood" de fabricação inglesa. A inauguração, em setembro de 1901, foi um sucesso: crianças, jovens e idosos acotovelavam-se para montar os cavalinhos do novo e extraordinário divertimento instalado na Praça da Liberdade!

Assim aqui estávamos, quando a 26 de outubro de 1901 surgiu em Rio Claro a maravilha do século - o Cinematógrafo! Naquele dia a Prefeitura concedia licença ao Sr. Eduardo Chinnelli para apresentar no Teatro Fênix o seu aparelho denominado "Cinematógrafo Lumiêre", seis anos somente após a notável descoberta dos Irmãos Lu-

\* *Historiador, autor de inúmeros trabalhos (livros, opúsculos e artigos) sobre Rio Claro.*

# VARIEDADES & PHENIX

**TERÇA-FEIRA, 2 de Março de 1926**

**RICARDO CORTEZ** na opinião unanime de todos os grandes criticos cinematographicos, é um galan superior a **BODOLFO VALENTINO**. "Tem mais mascara, mais belleza, mais arte e, sobretudo, mais masculinidade, diz o celebre critico **PETER GORDON**, em

## NA ARENA DO AMOR

grande film da **Paramount** com **GETTA GOUDAL**.

**CORTEZ**, vive um typo completo de toureiro aristocrata, revelando nelle qualidades excepcionaes de artista bem melhor que o seu famoso rival italiano. Adaptação cinematographica da novella hespanhola,

**NA ARENA DO AMOR**

mière. A apresentação nesta cidade revestiu-se de imenso e sensacional sucesso quando se exibiu filme natural: a passagem de um trem por um túnel e sua chegada a Melbourne (Austrália); as Pirâmides do Egito; a revista das Forças de Mar e Terra da Itália; e o casamento de Vitória Emanuel, Rei da Itália. A exibição contou com numerosa assistência e foi comentada com elogios por todos os rio-clarenses que viram pela primeira vez a fotografia animada, a maravilha do século XX! Principalmente a operosa colônia italiana, que extasiou-se ao vislumbrar a Corte Real de sua pátria!

Depois desta primeira exibição de cinema, somente em 1905 é que veio a aparecer um cinematógrafo em Rio Claro; foi o Iris, que surgiu na Avenida 1, onde hoje se encontra o Banco Real. Era dotado somente de platéia; as galerias situavam-se por detrás da tela, onde também estava a máquina projetora movida a mão, que dava imagens trepidantes e descontínuas. Mesmo assim o povo gostava e enchia a sua platéia! Os assistentes das gêrais situadas por detrás da tela viam as imagens e as inscrições invertidas e liam-nas com facilidade! De tempos em tempos necessário se fazia molhar a tela, para que as

imagens projetadas aparecessem mais nítidas; as lâmpadas do projetor, com seu calor, tornavam-na seca e pouco translúcida.

O segundo salão de cinema aqui estabelecido foi o Bijou, de propriedade dos irmãos Mascia (hoje Macha). Melhor aparelhado, dotado de projetor elétrico. Situava-se onde agora está o prédio "Pedro Cury", na Avenida 1. Também como o Iris, tinha somente platéia e galerias por detrás da tela, onde alguns moleques entravam gratuitamente com a finalidade de molhar o pano. Usavam nesse trabalho um esguicho manual e um balde com água.

Visto o sucesso alcançado pelo Bijou, a diretoria do Fênix resolveu transformar o teatro em cinema, o que aconteceu mais ou menos em 1910 e durou até 1939. O Teatro Fênix, construído em 1863, foi um dos maiores da Província, o segundo em suntuosidade; por ele passaram exímias companhias dramáticas, de óperas e operetas, nacionais e estrangeiras. Por ele desfilaram vultos da propaganda republicana e liberal do País. Como cinematógrafo, o Fênix teve também sua glória; apresentou filmes de longa metragem que prendiam os seus habituéis, como "O Monstro Encapuzado", de vinte episódios pas-

sados todos os domingos na década de 1930, tendo como intérprete principal a célebre artista Pearl White. Coube ainda ao Fênix apresentar o primeiro filme falado e musicado em preto e branco, exibindo em sua tela a película "Cantor de Jazz", estrelada pelo artista Al Johnson.

Em 26 de fevereiro de 1914, aparecia na Avenida 1 com a Rua 6 o Teatro Variedades, obra de uma sociedade anônima de rio-clarenses, na qual se destacavam José Castellano, Heliodoro Ferreira e Antônio Porto. Foi inaugurado com a peça teatral "Aída", de Verdi, levada ao palco pela Companhia Lírica Italiana De Maio & Pagliucci. Dotado de prédio confortável, com 32 frisas, 400 poltronas e 500 gerais, passou em 1916 a cinema. Foi brilhante na sua trajetória e ainda está firme, servindo os rio-clarenses sob a orientação da Empresa Antônio Padula Neto.

No ano de 1916 apareceu o Cine Parque, cinema moderno espaçoso e confortável, com frisas e grande platéia. Foi construído às expensas dos proprietários do Hotel Stein e alguns viajantes que lá se hospedavam. Funcionou até o ano de 1925 mais ou menos. Localizava-se na Rua 3, esquina da Avenida 8, onde agora se encontra

a Casa Buri.

O Cine Excelsior foi inaugurado no dia 16 de abril de 1938. Situa-se no coração da cidade, na Rua 4, em frente ao Jardim Público. Construído pela Empresa Antônio Padula Neto, é dotado de duas espaçosas platéias, funcionando uma na parte baixa do prédio e outra na parte superior. De início possuía confortáveis frisas que foram retiradas para maior ampliação da sua já enorme platéia inferior. O Excelsior, dada a sua suntuosidade e conforto, absorveu todo o público aficionado da fotografia animada, deixando os outros dois cinemas em precária situação. A primeira fita colorida exibida nesta cidade foi passada no Cine Excelsior, na noite de sua inauguração, quando os rio-clarenses se deleitaram assistindo à delicada película "Ela e o Príncipe", com Tyrone Power e Sonja Henie.

Na década de 50, a firma Antônio Padula Neto, proprietária do Cine Excelsior, para atender aos moradores dos bairros da Aparecida, Vila Alemã, Vila Cristina, Saibreiro, Sobrado e Cachoeirinha, distantes do centro urbano, construiu na Rua 1, esquina da Avenida 22, um moderno cinema, o Tabajara, que ainda hoje ali funciona.